DISCURSIVO E NÃO DISCURSIVO: ACONTECIMENTO EM FOUCAULT, DELEUZE E VEYNE

DISCURSIVE AND NON-DISCURSIVE: ON EVENT IN FOUCAULT, DELEUZE AND VEYNE

Gabriela Menezes Jaquet*

RESUMO

Os domínios do discursivo e do não discursivo podem, para o pensamento de Michel Foucault a partir da década de 1970, serem entendidos como configurando um entrecruzamento entre si, com o advento de um novo acento sobre problemáticas que se integrarão à sua arqueologia. Intentaremos neste artigo uma abordagem mais específica da categoria de acontecimento (événement) relevando deste entrecruzamento, primeiramente através de um estudo de L'Ordre du discours, sua aula inaugural no Collège de France em 1970, e então, pensando ainda outros desdobramentos para a visada foucaultiana, estenderemos o enfoque para a questão da temporalidade do acontecimento via Gilles Deleuze e das práticas via Paul Veyne. Como nexo entre estes três autores, explicitaremos a importância concedida ao conceito em sua esfera propriamente criativa e propositiva – não apenas uma descrição epistemológica, mas tarefa intelectual, – que nos permitirá igualmente abordar a possibilidade de uma outra teoria para a história, através do delineamento de novas grades de inteligibilidade a que incita o conceito. Dessa maneira, dialogando com o contexto subjacente à nossa discussão, relativo à análise estrutural francesa, pretendemos, ao longo de nosso escrito, justificar igualmente o gesto que nos terá acompanhado de forma paralela, o de uma acontecimentalização da história, – alicerçado então, por sua vez, no trabalho ativo dessa filosofia do acontecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Acontecimento. Não discursivo. Foucault. Deleuze. Veyne.

ABSTRACT

For Michel Foucault's thought from the 1970s onward and with the advent of a new emphasis on problems that would be integrated to his archeology, the domains of the discursive and non-discursive may be understood as interconnected. The aim of this essay is to examine the category of event as it appears in this connection. First, we undertake a study of the event in

* Mestre pela UFRGS. E-mail: gabrielajaquet@hotmail.com.

The Order of Discourse, Foucault's inaugural lecture at the Collège de France in 1970. Then, with an interest in other aspects of Foucault's aims with this category, we extend our focus to the question of the temporality of the event, via Gilles Deleuze, and of practices linked to the event, via Paul Veyne. As a nexus among these three authors, we show the importance given to the concept in its specifically creative and constructive sphere. This allows us also to take on the possibility of another theory for history by drawing out new grids of intelligibility stemming from the event concept. As such, by conversing with the context underlying our discussion, relative to French structural analysis, the ultimate objective of this essay is to justify the gesture that will have accompanied us in parallel, i.e. an eventalisation of history, as anchored in the active work of this philosophy of the event.

KEY-WORDS: Event. Non discursive. Foucault. Deleuze. Veyne.

INTRODUÇÃO

A filosofia francesa contemporânea possui, sabemos, gosto pelo événement. O uso da categoria remete, ao menos em parte, às reformulações incitadas pela efervescência da análise estrutural a partir dos anos 1960, apesar de os posicionamentos contra ou a favor da noção de estrutura terem utilizado do acontecimento como estandarte de oposição àquela, ao que se seguiram, especialmente, as conhecidas perdas para a historicidade e o sujeito. No entanto, como em toda querela, as simplificações foram muitas. Da mesma forma que o projeto estruturalista não existiu, em coesão generalizante, tal polarização já releva, a nosso entender, um primeiro problema: supor a essencialização de algo delimitável como a estrutura e o acontecimento para além da indicação conceitual que são, supondo fundamentos na mesma (então justamente criticada) ontologização fenomenológica. O segundo problema, de cujas reverberações nos ocuparemos neste artigo, é ter a crítica se fixado na negação da história ou do sujeito (e de outros tantos nomes) a fim de invalidar as nascentes análises, sem se preocupar com o que estava sendo afirmado, e criado, a partir daquelas categorias. O sujeito, por exemplo, foi multiplicado, e a história, – é o caso de Michel Foucault – valorizada justamente por não ser mais vista como pura continuidade teleológica.

Tendo em vista uma distinção, fluída, entre o domínio do discursivo e o domínio do não discursivo na obra de Foucault em sua acepção geral, procuraremos, neste artigo, analisar o papel da categoria de *acontecimento* no momento em que o filósofo, ampliando a acepção de *práticas* no âmbito de sua pesquisa, traz elementos que se somarão à sua arqueologia. A

partir dessa conjuntura, trabalharemos primeiramente com sua aula inaugural no Collège de France, *L'Ordre du discours*, proferida em dezembro de 1970, enfocando o acontecimento nessa transição epistemológica; em seguida abordaremos a temporalidade do acontecimento, aprofundando a problemática *via* Gilles Deleuze; e finalizaremos com uma exposição do pensamento de Paul Veyne sobre as *práticas*, que se mostra ponto fecundo para entendermos o *entrecruzamento* das práticas discursivas e não discursivas em Foucault e seu desdobramento para a categoria de acontecimento com vistas à criação de uma outra teoria para a história. Com esta exposição pretendemos apontar as nuances da distinção identificada na obra foucaultiana e demonstrar, para além das concordâncias entre os autores estudados, o quão profícuo se faz pensar uma filosofia do acontecimento que permite, como reverberação, lançar as bases para uma história *acontecimentalizada*.

O ACONTECIMENTO EM TRANSIÇÃO: A ORDEM DO DISCURSO

A aula inaugural no Collège de France constitui um dos textos mais importantes de Foucault para a compreensão das mudanças que viriam a ser propostas durante a década de 1970, em que o filósofo procurou fazer um balanço do trabalho desenvolvido até então, além de indicar os caminhos pelos quais gostaria de seguir. Escrito emblemático dessas transformações, o caráter de jogo faz-se presente desde o início, - é um discurso inaugural que tem por objetivo tratar da análise discursiva –, em que o filósofo tenta colocar-se um pouco à distância do conteúdo de sua própria fala, em uma ficcionalização de si mesmo: "Ao invés de tomar a palavra, eu gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível" (1971, p. 7). Dos vários elementos que podem ser vistos como modificações ou novidades, fica claro, ao longo de toda a aula, uma permanente ratificação da arqueologia quanto à sua crítica do tratamento usual do domínio discursivo pela sociedade. Para Foucault, trata-se ainda de mostrar os perigos referentes a essa análise discursiva, o que culminará em um estudo detalhado dos diversos meios, procedimentos, técnicas de controle que os discursos exercem. Tal concepção, já trabalhada em L'Archéologie du savoir, de 1969, aqui receberá um acento advindo do poder vinculado então a elementos exteriores ao discurso.

A questão será, portanto, de forma geral, como já fora desenvolvido em seu método arqueológico, marcar a especificidade da análise discursiva, que é obliterada por certos elementos excludentes que fazem com que esse nível discursivo sempre pareça estar em um

outro lugar, além ou aquém de si mesmo, mas nunca ocupando uma posição própria. Ou ainda, é o próprio nível discursivo que é apagado no tratamento tradicional que lhe é conferido, sua *materialidade* desconsiderada e seus desdobramentos, que Foucault chamará então acontecimentos, - possíveis -, impossibilitados. Remarquemos, pois, o caráter de efeito imputado ao acontecimento. Tais elementos obliterantes estarão todos relacionados entre si sobre a mesma base, que é o ponto central da crítica de Foucault: a significação e o campo do sentido. É dessa maneira que o filósofo partirá para o problema mais pontual das exclusões operadas pelo discurso e que têm por mote "controlar o acontecimento" (maîtriser l'événement) (FOUCAULT, 1971, p. 11). Ao inseri-lo em uma determinada ordem, ao pensálo dentro de uma continuidade, essas exclusões amenizam o efeito possível do acontecimento - de ser estranho, singular, novo, - e sua capacidade de produzir novidade. Visa-se uma retomada quanto à materialidade dos enunciados que fora exposta em L'Archéologie du savoir, pois seria justamente essa materialidade o que é atenuado pela ótica, por exemplo, da interpretação, em que o enunciado é sempre signo e significado de algo, só podendo existir significação na medida em que essa interpretação cria seu sujeito e dele se torna dependente. Tal gesto, portanto, pode ser compreendido como componente de uma possível acontecimentalização da história, termo denso em reverberações, mas utilizado apenas duas vezes em sua obra. Acreditamos, pois, que a visibilização desta materialidade é o que estará em jogo em uma acontecimentalização, procedimento ao qual nos referiremos ao longo deste artigo de forma propositiva, conformando horizonte paralelo à nossa discussão, e que será visado como a indicação de um desdobramento criativo possível da filosofia de Foucault na composição, quiçá, de uma outra teoria para a história.¹

Quanto às exclusões do discurso, serão, em sua forma geral, apresentadas primeiramente a partir de três noções: a palavra proibida (*l'interdit*), a divisão da loucura (*le partage et le rejet*), e a vontade de verdade (*partage entre le vrai et le faux; volonté de verité*) (FOUCAULT, 1971, p. 11-23). Destas, é a *vontade de verdade* que será enfocada, posto que importa sobre as outras: as primeiras exclusões são legitimadas por uma verdade que o discurso naturaliza, através de uma divisão do verdadeiro e do falso. Enquanto as primeiras

_

¹ A ideia de *acontecimentalização da história* aparece em debate com historiadores, "Table ronde du mai 1978" (FOUCAULT, 2001b, p. 843) e em conferência pronunciada na Société Française de Philosophie também em 1978, "Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung" (FOUCAULT, 1990, p. 47-48). Para que sigamos nosso intento de tratar sobre o acontecimento nos três referidos autores, e devido aos limites deste artigo, não abordaremos a problemática da *acontecimentalização* em detalhe explicativo no que se refere ao específico da obra foucaultiana, nos contentando mais em considerar seu movimento como implicado de forma subjacente e necessária à nossa análise, em sua característica de indicar uma criação possível.

são negativas, excluindo do interior do discurso, a terceira é o que permite a existência das verdades no interior das primeiras. Com a *vontade de verdade*, teremos, pois, uma modificação importante e o traço de um *entrecruzamento* em relação ao seu trabalho anterior, pois esse tipo de exclusão terá primazia justamente porque Foucault a identifica como estando no *exterior* do discurso — diz respeito ao não discursivo ao reportar *historicamente* às condições de existência das verdades. Assim, temos que as exclusões e controles não são momentos separáveis da própria formação do discurso, mas o integram em sua constituição, além de também não atuarem da mesma forma em discursos diferentes.

Dos procedimentos de exclusão que são interiores ao discurso (interiores "porque são os discursos mesmos que exercem seu próprio controle" [1971, p. 23]), Foucault pontuará sua relação de embate com o acontecimento e o acaso, que são lidos aqui como dimensões outras do discurso, e que serão afetadas por aqueles procedimentos internos na medida em que eles impõem-lhes "classificação, ordenamento, distribuição" (1971, p. 23). Nesse ponto, o filósofo estará retomando algumas formas específicas de exclusão também já desenvolvidas em L'Archéologie du savoir, como os tão visados alvos do princípio do comentário e do autor, que funcionam da mesma forma sobre o possível novo: o reprimem. O terceiro procedimento de exclusão apontado, a disciplina, vai diferir dos dois primeiros principalmente em sua relação com essa possível novidade: a disciplina opera a partir de sua capacidade de produzir indefinidamente proposições novas (1971, p. 32), e é o que nela demonstra uma abertura para o não discursivo, constituindo mais um elemento para o que estamos aqui indicando como um entrecruzamento. Assim, como salienta Takashi Sakamoto (2011, p. 342), se em 1969 o enfoque era a especificidade da formação discursiva das disciplinas científicas, agora Foucault se orientará mais pela procura das regras que constituem uma disciplina, a partir das exclusões vindas do exterior, e essa será a conexão do procedimento da disciplina com o da vontade de verdade. Dessa forma, os três procedimentos de exclusão internos ao discurso apresentados agem sobre o acontecimento e o acaso na submissão destes, ao planificá-los em uma ordem. O acontecimento, escandido, poderá, no máximo, ser repetição. O comentário faz surgir o acontecimento, é o próprio acontecimento ao mesmo tempo em que impede outros possíveis ("o que corria o risco de ser dito", mas não o foi):

O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado. A multiplicidade aberta, o azar [aléa] são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que corria o risco de ser dito, para o número, a

forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento de seu retorno. (FOUCAULT, 1971, p. 28).

Em relação ao segundo grupo dos procedimentos de exclusão, os não discursivos, Foucault vai referir-se primeiramente às condições de funcionamento do discurso em relação ao sujeito que fala, desenvolvendo ideias sobre a comunicação e o sistema de divulgação de verdades. Cruzamento, portanto, com a vontade de verdade: para esta, diferentemente dos outros procedimentos de exclusão, "não se trata [...] de dominar os poderes que eles [os discursos] têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir todo mundo de ter acesso a eles" (1971, p. 38). Vê-se, assim, que será com um acento sobre as condições, históricas, de determinação dos sujeitos que podem ou não falar o que nos vai encaminhando em sua aula inaugural para essas exclusões que estão no exterior do discurso e que o afetam: papel das instituições, dos modelos educativos e dos grupos sociais. A fusão desses dois domínios aparecerá claramente no exemplo que é dado sobre o funcionamento das doutrinas; a partir do enunciado, por um lado, e do sujeito falante, por outro. Os dois domínios (discursos e grupos) se ligarão através da "dupla sujeição" que operam, dos sujeitos aos discursos, e dos discursos ao grupo. Perceberemos, de tal maneira, a atuação geral das *práticas*, discursivas *e* não discursivas.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, consequentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 1971, p. 45).

Importante, nesse sentido, frisar que mesmo que Foucault em sua análise não esteja remetendo a um campo secreto libertador em que estaria escondido tudo o que não pode e não pôde ser dito, o discurso teria de fato se desenvolvido de forma a ocultar todos os possíveis que estão para além dele mesmo – tal é seu princípio de *raridade*. Dessa maneira, será o princípio de *descontinuidade* o que não permitirá a afirmação de que haveria um discurso supremo, ou um pré-discurso a ser libertado por uma análise que visasse um campo de possibilidades totais irrealizadas. A linguagem, o sujeito, a experiência originária e a mediação universal (FOUCAULT, 1971, p. 51) são, pois, os elementos essenciais que atuam na desconsideração que esse discurso tem de si, de sua realidade de ser uma produção (*materialidade*), pois permitiram sua universalização e naturalização a partir da inscrição

desse discurso "na ordem do significante" (p. 51). Essas problemáticas da raridade e da descontinuidade, que se conjugam, serão, como veremos em nossas próximas seções, de especial importância tanto para pensar a temporalidade diferenciada do acontecimento através da filosofia deleuziana, quanto para, na sequência, visar uma outra teoria para a história a partir do pensamento de Veyne.

Ao final de sua aula inaugural, teremos indicações precisas sobre o projeto da genealogia e, apesar de o filósofo não utilizar a palavra "arqueologia" ao longo de toda sua fala, é possível compreender em diversos momentos o entrecruzamento que ele estava propondo e que aqui tentamos enfatizar através do acontecimento. Será também através das considerações metodológicas apresentadas para o trabalho a ser desenvolvido que poderemos ver um tratamento diferente dado aos elementos extradiscursivos, como quando Foucault aponta a "regra de exterioridade": "não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido [...]; mas, a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras" (1971, p. 55). Tal "regra de exterioridade", junto de outros princípios apresentados pelo projeto arqueológico anteriormente, constituem a metodologia que permite o estudo; ela, no entanto, como demonstra a passagem acima, acabava por aludir à "formação de um discurso no interior de um domínio não discursivo" (SAKAMOTO, 2011, p. 347), ampliando assim a antiga abordagem. O método arqueológico, sempre presente, está sendo referenciado em L'Ordre du discours como uma "descrição crítica"; e, ao falar sobre a genealogia, Foucault se refere a "formações efetivas": finalmente, a genealogia abarcará em si o método crítico da arqueologia, dizendo respeito à "formação efetiva dos discursos seja no *interior* dos limites do controle [discursivo], seja no *exterior*, seja, o mais das vezes, de um e de outro lado da delimitação" (1971, p. 67). Eis o entrecruzamento manifesto na transição.

GILLES DELEUZE E A TEMPORALIDADE DO ACONTECIMENTO

A noção foucaultiana de acontecimento tem muito a dizer, igualmente, sobre alteridade histórica, infiltrando-se nas lacunas dos projetos criticados: a história contínua e a obsessão da identidade operariam "como se nós tivéssemos medo de pensar o Outro no tempo de nosso próprio pensamento" (FOUCAULT, 1969, p. 21). Podemos abordar agora a questão do tempo e da identidade do Mesmo em relação ao acontecimento, e a problemática desse

pensamento da alteridade em termos do tipo de temporalidade para o sujeito que é, pois, dispersado. No momento de L'Archéologie du savoir este sujeito será ainda concebido de forma vaga, como posições; posteriormente, a questão recebe uma atenção mais clara, com enfoque no acontecimento que atravessa aqueles sujeitos, ao criá-los: práticas de subjetivação. Por ora, tentaremos uma abordagem cruzada entre Foucault e Deleuze quanto ao específico do tempo do acontecimento, e a partir dessa aproximação poderemos obter maior clareza não somente quanto à nossa categoria de estudo nessa relação, mas também sobre a análise do discurso e o campo do não discursivo. Faz-se importante destacar, assim, que a ideia de acontecimento para Foucault, sobretudo no texto de que aqui nos ocuparemos, "Theatrum Philosophicum", de 1970, liga-se bastante à filosofia estoica, na esteira de uma leitura que Foucault faz de Nietzsche e de Deleuze e que, em relação ao último, é apresentada de forma sistematizada neste artigo que é, ao mesmo tempo, uma análise intelectual da obra do amigo, e uma exposição de sua própria filosofia por meio de uma "conversa".²

Atentemos novamente ao que estava sendo dito em *L'Ordre du discours* sobre a universalização que nossa sociedade fez do discurso e sobre a necessidade de "restituir ao discurso seu caráter de acontecimento" (1971, p. 51), pois será também na aula inaugural que o filósofo comentará a *dimensão incorpórea* do acontecimento, que nos servirá de nexo para entendermos, na sequência, sua temporalidade diferenciada:

Certamente o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material. Digamos que *a filosofia do acontecimento* deveria avançar na direção paradoxal, à primeira vista, de um materialismo do incorporal (1971, p. 59, grifo nosso).

Foucault, em seu artigo sobre Deleuze, irá frisar em diversos momentos o caráter metafísico do pensamento do autor sobre o acontecimento, distanciando-o, porém, de uma metafísica da substância, da coerência ou da causalidade, explicitando essa "metafísica" como estando em oposição à física à qual diriam respeito as causas³, porquanto os acontecimentos,

Sapere aude – Belo Horizonte, v. 7 – n. 14, p. 715-731, Jul./Dez. 2016 – ISSN: 2177-6342

² Nesse artigo Foucault se ocupará principalmente de dois livros de Deleuze, *Différence et Répétition* e *Logique du sens*, respectivamente. Aqui, para conseguirmos nos concentrar em alguns pontos das problemáticas apresentadas, nos restringiremos ao segundo título.

³ É importante lembrar, ainda, que Foucault situa o desenvolvimento da teoria do acontecimento deleuziana em relação ao que ele chama de "três tentativas para pensar o acontecimento", que seriam o neopositivismo, a fenomenologia e a filosofia da história, apontando os problemas de cada (FOUCAULT, 2001a, p. 951).

efeitos que são, "formam entre eles uma outra trama onde as ligações relevam uma quase física dos incorporais, uma metafísica" (FOUCAULT, 2001a, p. 949). Tal será importante para entendermos como é pensada igualmente a questão do sentido, que, na esteira de uma atenta visada sobre o uso feito pela análise estrutural, é complexificada em uma multiplicidade, não resultando em um rechaço do sentido. Este, portanto, não foi excluído, mas afasta-se do sentido fenomenológico – não um fundamento, mas produção relacional. Deleuze, em Logique du sens, de 1969, explica que, devido à estrutura dupla de todo acontecimento, efetuação e contra-efetuação (DELEUZE, 1969, p. 177), o sentido configurará mais do que um estado de coisas que poderia servir de referente. Dessa maneira, a lógica de análise deverá servir-se de quatro termos, sem centrar-se sobre o referente. Foucault, lendo Deleuze, exemplifica:

"Marco Antônio morreu" *designa* um estado de coisas; *exprime* uma opinião ou uma crença que tenho; *significa* uma afirmação; e, além disso, possui um *sentido*: o "morrer". Sentido impalpável em que uma das faces está voltada para as coisas posto que "morrer" acontece [*arrive*], como acontecimento, a Antônio; e a outra face está voltada para a proposição, posto que morrer é o que se diz de Antônio em um enunciado. Morrer: dimensão da proposição, efeito incorporal que produz a espada, sentido e acontecimento, ponto sem espessura nem corpo que é do que falamos e que corre na superfície das coisas (2001a, p. 950, grifos do autor).

O que é acrescido, portanto, é o "sentido-acontecimento", é o que não é atributo como "estar *morto*", mas é da força do próprio verbo no *presente infinitivo* de "morrer". Este verbo no presente infinitivo é o que também situa a própria neutralidade do acontecimento no discurso, um acontecimento que não está mais preso em flexões temporais (FOUCAULT, 2001a, p. 950). O sentido, não estando localizado nem antes e nem depois do acontecimento, coincide com ele em um tempo diverso: "Eterno presente? À condição de pensar o presente sem plenitude e o eterno sem unidade: eternidade (múltipla) do presente (deslocado)" (FOUCAULT, 2001a, p. 951).

Événement: efeito, novidade, criação, – nos dois autores, portanto. Nessa circulação de filosofias, pensemos então no que Deleuze identificara no *diagrama* foucaultiano. Sobre as transformações relativas ao momento da arqueologia em direção à genealogia, veremos em seu *Foucault*, de 1986, que se sai do *arquivo* (auditivo ou visual) e vai-se em direção ao *diagrama*, ao mapa, em que se entrecruzam as formações discursivas *e* não discursivas. O diagrama é o que fará entender, justamente por sua configuração de *entrecruzamento* dos dois domínios, a problemática, por exemplo, do *poder*, enquanto proveniente de todos os pontos

do mapa. Sendo "exposição das *relações* de forças que constituem o poder", o diagrama foucaultiano se configurará, no vocabulário deleuziano, como "máquina abstrata", "mapa de densidade, de intensidade" (DELEUZE, 2004, p. 44); além de poder, acreditamos, ser relacionado ao próprio caráter de *sistema* conceitual que identificamos no pensamento de Foucault, por sua característica de proposição de novas grades de inteligibilidade, de "leitura". Para Deleuze (p. 43), essa questão propositiva do conceito é clara também aqui: o diagrama "nunca age para representar um mundo preexistente, ele produz um novo tipo de realidade, um novo modelo de verdade".

Assim, sinalizemos que a "vontade do novo" para a filosofia de Deleuze significou, primeiramente, uma reorganização epistemológica das possibilidades, um estabelecimento de um campo conceitual completamente diferente em que este "novo" pudesse não apenas *surgir*, como algo prévio, mas ser, de fato, *criado*. Questão de uma concepção completamente diferente de *história*, que é problematizada através do *devir*, — conceito já delineado em seu *Nietzsche et la philosophie*, de 1962, e que será retomado e retrabalhado em *Mille plateaux: capitalisme et schizophrénie*, de 1980. É dessa forma que Deleuze e Guattari (2005, p. 92) podem dizer, em *Qu'est-ce que la philosophie?*, de 1991, que a geografia "arranca a história do culto da necessidade", do culto das origens, a fim de traçar *linhas de fuga* cuja força possui sua explosão justamente nas possibilidades abertas pelo devir.

O 'devir' não é da história; hoje ainda a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais nos desviamos para um devir, isto é, para *criarmos algo de novo*. Os gregos o fizeram, mas não há desvio que valha de uma vez por todas. Não se pode reduzir a filosofia à sua própria história, porque a filosofia não cessa de se arrancar dessa história para criar novos conceitos, que recaem na história, mas não provêm dela. Como algo viria da história? Sem a história, o devir permaneceria indeterminado, incondicionado, mas o devir não é histórico (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 92, grifo nosso).

Permite-se então, a partir de toda uma outra concepção sobre o devir, — visto que este não é nem imitação nem retorno sublime, nem realmente um futuro em sua acepção tradicional —, também uma outra abordagem do acontecimento. O mote defendido por Deleuze da filosofia enquanto *criação de conceitos* não será um "mero" formalismo sem reverberação numa "prática"; a filosofia é a criação de *singularidades* agentes, que *dizem* o acontecimento, não uma "essência" ou "a coisa" em si (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 26). Nessa concepção filosófica, criar conceitos que não se referem ao vivido, mas ao devir, significa criar conceitos que *convocam* acontecimentos, — e os acontecimentos só irão possuir

existência pura na linguagem que os exprime (DELEUZE, 1969, p. 191). É através do entendimento da *nomeação* do acontecimento como sendo o gesto simultâneo de sua *convocação* que podemos indicar um dos principais pontos de contato entre os pensamentos dos dois autores – justamente, então, na afirmação da potencialidade criativa e profundamente engajada na atualidade que é característica do *sistema*. As "singularidades" de Deleuze são multiplicidades atuantes, sempre *possíveis* porque projetadas em uma virtualidade. Daí o acontecimento realizar-se *entre* os enunciados e as práticas que os corpos desenvolvem (TEMPLE, 2011, p. 82), na esteira igualmente da questão do visível e do enunciável que Deleuze aponta na obra de Foucault.

Quanto a essa valorização da virtualidade em relação à dimensão espaço-temporal, ou seja, primazia do estado intensivo em relação à atualidade da matéria, em que, como comenta Hélio Rebello Cardoso Junior (2005, p. 114), "o acontecimento exprime as transmutações que fazem do corpo uma matéria fluida", faz-se elucidativo lembrar as diferenças apontadas entre os dois tempos distinguidos por Deleuze em Logique du sens, Cronos e Aion. Cronos é o tipo em que só existe o presente preenchendo o tempo e as outras dimensões são sempre relativas a ele. É o tempo determinado da medida, é corporal ou referente ao estado de coisas e "pode ser infinito sem ser ilimitado: Cronos é circular na medida em que engloba todo o presente, ele recomeça e mede um novo período cósmico após o precedente, idêntico ao precedente" (DELEUZE, 1969, p. 191). Já em Aion, só existem passado e futuro, ilimitados; finito é o instante. O passado e o futuro "subdividem a cada instante o presente [...] ou ainda, é o instante sem espessura e sem extensão que subdivide cada presente em passado e futuro [...]" (1969, p. 193). Aion extrai singularidades daqueles que ocupam o presente, e então o acontecimento será igualmente relacionado a qualidades físicas e ao sentido da lógica e suas proposições. Mas notemos, será relacionado, não dependente: o acontecimento sempre excede essas significações, ele "implica algo de excessivo em relação à sua efetuação, algo que revoluciona os mundos, os indivíduos e as pessoas" (1969, p.196). Sobre essa excessividade, Deleuze ainda diz que é ela que deve ser realizada no acontecimento no presente sem espessura de Aion. De certa forma, é o caráter de permanentemente excessivo do acontecimento o que sustenta a resistência de que o devir faz parte e anuncia. E talvez, acreditamos, seja possível pensar que serão justamente os pontos excessivos do próprio movimento da acontecimentalização, com a parte de virtual do ato de sistema, que podiam propor um tipo de resistência não apenas conceitual, mas via conceitos, através da nomeação destas singularidades. O acontecimento, portanto, participa dos dois tipos de temporalidade, encarnando-se nos corpos e coisas em uma *efetuação* ("aquilo que acontece") –, mas a qual compreende também uma *contra-efetuação*. Desta faz parte o acontecimento *puro* (da ordem do Aion), e, não lhe sendo contraposta, é um momento necessário simultâneo à efetuação. Suas temporalidades se interpenetram.

Como vimos, em L'Ordre du discours Foucault mostrara que o acontecimento muitas vezes é tratado pelo discurso não enquanto incorpóreo, enquanto efeito sobre os corpos, mas como uma verdade substancializada. Sua análise das práticas discursivas nos mostrou o quanto o discurso toma os objetos criados (a loucura, a delinquência, a sexualidade) como sendo os próprios seres, e não como aquilo que lhes é atribuído, procedendo por uma naturalização, por uma fundamentação a priori. Através do acontecimento, da história acontecimentalizada, restitui-se a dispersão ao multiplicar as possibilidades inteligibilidade, ao abrir o já-dado e questionar a rarefação do porquê teriam aparecido determinados enunciados e não outros: "para que um sujeito seja objetivado como louco é preciso que a multiplicidade de acontecimentos sofra um corte que force o acontecimento a coexistir com o corpo material a partir do qual seja possível afirmar [...] [que] 'João é louco' ao invés de 'João enlouquece'" (TEMPLE, 2011, p. 88, grifo nosso). É nesse corte, que é a própria rarefação, feito pelo discurso e pelas verdades que ele faz circular, que se centrará toda a empreitada foucaultiana: estudar seus motivos, seus momentos, sua historicidade através das práticas. As práticas conformaram um nexo que permitiu maior complexificação do entrecruzamento entre o discursivo e o não discursivo. Como escrevera Dominique Lecourt já em 1972, as práticas, se não remetem à atividade de um sujeito, é porque dizem respeito às "posições do sujeito" enquanto efeito da submissão deste ao discurso: "pela palavra prática [...] designa-se a existência objetiva e material de certas regras a que o sujeito está submetido desde o momento em que pratica o 'discurso'" (LECOURT, 1980, p. 91). Fora também pelas práticas que Deleuze (2004), intercambiando a palavra com as "positividades", comentara o desenvolvimento da questão da verdade para Foucault, ao centrar sua análise nos jogos entre o visível (práticas de ver) e o enunciável (práticas de dizer).

PAUL VEYNE E A ACONTECIMENTALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS

Seguindo pela problematização das *práticas*, gostaríamos de abordar agora os desdobramentos da ideia de acontecimento para o pensamento de Paul Veyne, em que podemos apontar sua aproximação com a filosofia de Foucault ao vermos o historiador

identificar justamente nas *práticas*, e também no ponto em que as práticas se misturam com a esfera discursiva – que acaba as constituindo –, os lugares de formação dos objetos históricos. Lembremos primeiramente que, para Foucault, *épistémè* e *dispositivo* são ambos, de forma geral, *práticas*, sendo a primeira, *grosso modo*, conjunto de práticas discursivas e já o segundo integraria práticas discursivas e não discursivas, como as relações de poder (CASTRO, 2004, p. 425). Em seu famoso texto de 1978, "Foucault révolutionne l'histoire", apêndice à edição de 1971 de seu livro *Comment on écrit l'histoire*, Veyne colocará na base de seu escrito problematizações principalmente relativas às ideias de *raridade*, *materialidade* e de *prática*. A partir delas chegaremos igualmente a uma concepção de acontecimento que toma corpo conjuntamente ao que fora afirmado já em 1971 e que também o seria em 1976, quando da publicação de sua aula inaugural no Collège de France, "L'inventaire des différences".

A raridade como método retoma por princípio a desnaturalização dos objetos históricos que tanto marcou a recepção de Foucault pelos historiadores, e que Veyne tornará bastante explícita a partir de alguns exemplos, como a questão do cessamento dos combates de gladiadores ao longo do século IV a.C, que poderia ser associado ao desenvolvimento do cristianismo, ou de um humanismo. O que Veyne fará ver, seguindo o trabalho de Georges Ville ⁴, serão outras composições em torno da política, que poderiam explicar as mudanças ocorridas não a partir de comportamentos esperados, universais, mas de comportamentos bastante contingenciais e correspondentes a práticas. As formas raras de conformação dos objetos reivindicadas por Veyne é o que o faz rechaçar generalidades como a política, o estado, os governados, etc., sendo então as práticas efetivas o que estaria embasando os objetos que se oferecem a nós como naturais. Esses objetos naturalizados seriam, para ele, apenas idealismos que tomam forma nas palavras utilizadas pelos historiadores. As práticas são, assim, uma "parte escondida do iceberg: nós esquecemos a prática a fim de enxergar apenas os objetos que a reificam diante dos nossos olhos" (VEYNE, 1971, p. 389). Essa prática sobre a qual se apoiam os discursos, que poderia parecer inicialmente ter sido tomada por um "atrás das coisas", em uma espécie de ocultismo do tipo "o inconsciente da história", – que se distanciaria de Foucault, – é explicado por Veyne como sendo simplesmente "aquilo que as pessoas fazem", de que "nós frequentemente temos consciência, mas não temos o conceito" (1978, p. 394). O historiador voltará diversas vezes à metáfora das partes do

⁴ Veyne estava provavelmente fazendo referência ao trabalho do amigo que ajudara a publicar postumamente, intitulado *La gladiature em Occident. Des origines à la mort de Domitien*.

iceberg, dizendo finalmente que sua parte oculta não é separável da parte visível, além de serem feitas da mesma matéria (1978, p. 428). Dessa forma, discurso e prática não seriam um estado mais puro e mais profundo da realidade, pois tratar-se-ia menos de limites (interior/exterior do pensamento) do que de campo de condições. Expor singularidades e mostrar diferenças não é o mesmo que fazer aparecer algo escondido, ou desocultá-lo.

Veyne vê a contribuição de Foucault para a história no sentido de uma devolução das coisas às próprias coisas, ou melhor, para guardar a ironia, às próprias práticas, visto que "não existem" coisas ⁵. A prática não é nem instância, nem "motor primeiro" tal como quis tornar inteligível a "relação de produção" marxista; e será justamente por essa falta de possibilidade do enquadramento da prática em uma filosofia da história que Veyne criticará os historiadores que identificaram no filósofo uma redução da história a um processo implacável (1978, p. 397). A discussão sobre o "primeiro motor" ocupará, aliás, toda a primeira parte do texto "L'histoire conceptuelle", publicado originalmente em 1974 na coleção *Faire de l'histoire*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em que Veyne substitui sua utilização pela noção de "variável estratégica". Essa noção, por sua vez, multiplicaria as possibilidades explicativas ao conceber que enfim "o motor estará em todas as partes onde queiramos localizá-lo", — o motor então sendo, ele próprio, *acontecimento* (VEYNE, 1988, p. 67). Assim, a negação do motor dá-se pela *multiplicidade*, e é o "espetáculo do devir" (1988, p. 64) o que torna o esforço historiográfico obviamente *conceitual*; — trata-se de poder, através da criação de conceitos, lidar com o não factual.

Desta feita, a *raridade* ou a "rarefação" é, para o historiador, o "vazio" que existe em torno dos homens (VEYNE, 1978, p. 400), seus limites no sentido de não poderem apreender nada mais do que aquilo que *podem* apreender em uma determinada época. É na raridade que se encontra circunscrita uma singularidade que se opõe, portanto, às generalidades da consciência e da razão. Temos não a dissolução do objeto, ou o seu rechaço, mas a recolocação do objeto no lugar vazio de seu nascimento, e a verificação de sua formação a partir de determinadas práticas; *ele* não existe fora destas. As práticas em sua heterogeneidade transbordam as linhas fixas das generalidades de muitos dos objetos, devendo-se proceder por uma atualização das *virtualidades* das práticas (VEYNE, 1978, p. 405). Fazer história a partir disso será assumir uma diversificação enorme em detrimento dos tipos explicativos

_

⁵ Lembremos que o título *Les Mots et les choses* fora ironizado pelo próprio Foucault alguns anos após a publicação do livro de 1966. Ver Artigo "Michel Foucault explique son dernier livre" (FOUCAULT, 2001a, p. 799-807).

tradicionais. E nessa questão se aloja aquela que será, para Veyne, a tese central de Foucault: "aquilo que é feito, o objeto, se explica por aquilo que foi o fazer a cada momento da história; é erroneamente que nós imaginamos que o fazer, a prática, se explica a partir daquilo que é feito" (1978, p. 403, grifos do autor). Sem partir nem do objeto nem do sujeito, o que Veyne releva é a relação, ou a estrutura, "são as estruturas que dão seus rostos objetivos à matéria" (1978, p. 423), porque somente das práticas podem advir seus correlatos em elementos reificados e, portanto, datados.

O acontecimento, já nos informa Veyne logo nas primeiras páginas de Comment on écrit l'histoire, escapa a qualquer evidencialização. Nossa intenção em trazer aqui a análise do historiador é a de justamente tentar mostrar o que podia ser entendido como a história foucaultiana, que pensamos poderia bem ser integralmente referida como história acontecimentalizada. Novas possibilidades precisam ser exploradas pelo conhecimento histórico, por exemplo, para que ele possa levar em conta a multiplicidade não conceitualizada que o acontecimento sempre carrega em seu potencial, a multiplicidade como aquilo que está além das apropriações do domínio das verdades e dos objetos naturais, além de definições estritas. Por este ponto, podemos voltar às práticas: para Cardoso Júnior, as práticas, enquanto "configurações históricas determinadas" (e daí sua raridade, porque, como na análise dos enunciados, sempre poderiam ser outras) poderão então ser pensadas como "aquilo que permite, no plano discursivo, costurar a dobra narrativo-teórica, isto é, entre a diferença temporal de um acontecimento e uma operação conceitual que lhe seja afeita" (2005, p.108). As práticas, definindo os acontecimentos, são o campo muito mais amplo "do que os homens fazem" antes que tal fosse englobado por conceitualizações (objetivações) que darão lugar a objetos definidos. O acontecimento, visado pela diferença, será individualizado em sua temporalidade, e não em sua matéria. Esta temporalidade, por sua vez, não estará presa à continuidade de períodos históricos fixos, mas será regida pela temporalidade do conceito. Tempo e conceito darão a prática, que só pode então ser histórica, e a prática definirá o acontecimento, que se manterá aberto. Mas, ainda, são termos que se acordam em interdependência.

Veyne preocupou-se, ao longo de seu trabalho, em desenvolver uma epistemologia histórica que via na acurada elaboração de *conceitos* uma saída para os objetos naturalizados (*Comment on écrit l'histoire*, 1971; *L'histoire conceptuelle*, 1974). Posteriormente (*L'inventaire des différences*, 1976) sua explicação histórica passaria, além de por uma relação específica com o conceito, pela elaboração de *constantes ou invariáveis históricas*

(invariables historiques) que pudessem individualizar os acontecimentos. O desdobramento do aparente paradoxo dessa invariante que é capaz de individualizar será o foco de sua aula inaugural no Collège de France. Tal se faz muito importante para compreendermos como Veyne estava pensando a organização de uma teoria para a história que fosse calcada em uma multiplicidade acontecimental de projeção filosófica que pudesse, ao mesmo tempo, responder à necessidade explicativa da narrativa histórica. O problema que se coloca será, em um vocabulário foucaultiano, o de expressar a possibilidade de uma história que se torna inteligível não apesar da descontinuidade, mas através dela: deve-se historicizar, portanto, os meios de que se utiliza o historiador para fazer-se inteligível; aqui, os conceitos e as constantes (invariables). Assim, a questão-chave será a da conceitualização da constante que permite explicar os acontecimentos (VEYNE, 1974, p. 18).

Dessa forma, finalmente, a generalização do fazer histórico será de tipo muito especial, pois, historicizada, não dá margem a universalizações, sendo a abordagem do tempo, ou, melhor, da temporalidade enquanto diferença, o que permite a análise das condições históricas. O paradoxo apontado é dissolvido e a multiplicidade valorizada – conceitos e generalizações permitem a percepção também do que poderia ter sido de outra forma; a *raridade* histórica tem papel fundamental nessa teoria da história. O conceito precisa ser problematizado para se tornar útil, para justamente poder captar o *singular*.

*

Base constitutiva das *práticas*, que por sua vez são o nexo necessário à visualização conceitual, e também à *criação* conceitual, o entrecruzamento dos domínios discursivo e não discursivo incitaram, pois, na filosofia foucaultiana, o aparecimento dessa visada sobre o acontecimento que integrará arqueologia e genealogia. A partir de nossa exposição percebemos nos três autores a preocupação filosófica da *conceitualização* e, nesse sentido, faz-se visível também o debate em torno da análise estrutural da época, a que aludimos no início de nosso artigo, mas agora em sua versão complexificada. Sem ceder às seduções da frequente polarização bradada pela crítica e não podendo mais serem termos visados através da simplificação do dualismo "geral *versus* particular", será esse fluxo entre o *conceito* e o *singular*, pensado de diferentes formas por Foucault, Deleuze e Veyne, que potencializará a ambos em seu cruzamento. *Estrutura* e *acontecimento* poderão, finalmente, serem lidos juntos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edgardo. El vocabulario de Michel Foucault. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 28(2), p. 105-116, 2005.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. **Enredos de Clio**: pensar e escrever a história com Paul Veyne. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

DELEUZE, Gilles. Logique du sens. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.

DELEUZE, Gilles. Foucault. Paris: Les Éditions de Minuit, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Qu'est-ce la philosophie**? Paris: Les Éditions de Minuit, 2005.

FOUCAULT, Michel. Archéologie du savoir. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. L'Ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-*ce que* la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**. Paris, abr./jun. 1990, n. 2, p. 35-63.

FOUCAULT, Michel. Dits et écrits, v. 1, 1954-1975, Paris: Gallimard (coll. Quarto), 2001a.

FOUCAULT, Michel. Dits et écrits, v. 2, 1976-1988, Paris: Gallimard (coll. Quarto), 2001b.

LECOURT, Dominique. **Para uma crítica da epistemologia**. Tradução Manuela Menezes. Lisboa: Assírio e Alvim, 1980.

SAKAMOTO, Takashi. **Le problème de l'histoire chez Michel Foucault**. Tese de doutorado – Université Michel de Montaigne/Bordeux III, 2011. Orientação: Guillaume Le Blanc.

TEMPLE, Giovana. **Poder e resistência em Michel Foucault**: uma genealogia do acontecimento. 2011. 167 p. Tese (Doutorado em Filosofia) — Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

VEYNE, Paul. Comment on écrit l'histoire. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

VEYNE, Paul. Foucault révolutionne l'histoire. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

VEYNE, Paul. L'inventaire des différences. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. .